

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 026

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Dando continuidade ao Encontro Estadual de Integração Legislativa, convidamos as autoridades para comporem a mesa da palestra “A importância das agências de notícias na divulgação de informações legislativas”.

Antes, queremos informar que este evento está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil, pela TV Assembléia de Mato Grosso e via sistema videoconferência do INTERLEGIS.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. José Porto, jornalista da TV Assembléia, que atuará como moderador; a Sr<sup>a</sup> Marta Regina Rangel Neves, Coordenadora da Agência de Notícias da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nossa palestrante.

Breve currículo:

Marta Regina Rangel Neves é jornalista, formada pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado; funcionária efetiva da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo há vinte e cinco anos. Ao longo desse período ocupou várias funções de assessoria parlamentar e exerceu várias atividades ligadas ao plenário do Parlamento paulista, como revisão de debates e redação de Ata. Ocupa há sete anos o cargo de Diretora da Divisão de Imprensa. O setor é responsável pelo *Diário da Assembléia*, pela *Agência de Notícias Assembléia*, pelo *Clipping Diário* e pelo *Jornal Informal*, de circulação interna.

Convidamos o Sr. Antônio Quezado, Coordenador da Rádio Agência Senado, nosso palestrante, para compor a Mesa.

Minicurrículo:

Carlos Antônio Quezado Soares é formado em Engenharia Elétrica, com opção em Eletrônica, pela Universidade de Brasília. Tem especialização em Engenharia Elétrica pela UNB.

É Técnico Legislativo do Senado Federal desde 1998. Atualmente, exerce a função de Coordenador do Núcleo da Rádio Agência do Senado Federal.

Principais cargos e funções exercidas: Chefe de Divisão de Sistemas Fixos da Diretoria de Operação e Manutenção, Gerente de Produção da ATEL - Avanços Tecnológicos em Eletrônica Ltda, Diretor Industrial da RHEDE Tecnologia S/A, Diretor Técnico e sócio da STD - Sistemas Técnicos e Digitais, Engenheiro Eletrônico do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança da Comunicação na Presidência da República, Diretor Técnico da Fundação Rainha da Paz, mantenedora da Rádio Nova Aliança.

Informamos que, concluída a exposição, os palestrantes estarão disponíveis para responder as perguntas do público presente.

As recepcionistas irão recolher as perguntas.

Senhoras e senhores, passamos a palavra ao Sr. José Porto, jornalista da TV Assembléia, que coordenará os trabalhos.

O SR. JOSÉ PORTO - Boa-tarde a todos!

Sejam bem-vindos! E obrigado pela presença.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Antes de começarmos a falar desse tema importante, vale ressaltar que hoje os Legislativos, sejam municipais ou estaduais, são grandes atrações de notícias diariamente e pautam a imprensa diariamente. Então, é importante discutirmos esse papel dentro do evento.

Queremos lembrar aqui que hoje há dados importantes ligados ao INTERLEGIS, que é esse sistema que interliga os Paramentos. Para se ter uma idéia, no Brasil, são 5.560 Câmaras Municipais, mais o Distrito Federal que já faz parte. O INTERLEGIS tem 3.604 Câmaras aderidas. Dentro da meta de 2003, até agora, agosto, são 2.086 Câmaras que já receberam do Programa INTERLEGIS um microcomputador e uma impressora a laser como estação de trabalho. Para 2004, a meta é completar em torno de 3.100 Câmaras interligadas nesse sistema todo, com equipamentos e materiais de trabalho.

Mato Grosso possui 139 municípios, segundo dados do IBGE. Há alguns municípios que estão requerendo suas emancipações, inclusive estão com pedidos aqui na Assembléia Legislativa. O INTERLEGIS tem 112 Câmaras aderidas - 86 Câmaras já estão equipadas com estação de trabalho e 26 Câmaras serão equipadas até o fim deste semestre - e 27 municípios ainda não aderiram ao Programa.

Ao falar da importância das agências de notícias hoje, nós percebemos que o Parlamento Estadual aqui, a Assembléia, tem toda uma infra-estrutura, uma Secretaria de Imprensa, com vários profissionais. Há, também, a TV Assembléia, os profissionais de rádio, que fazem essa cobertura no *site*, na *internet*, que é atualizado momento a momento, com todas as informações. E a imprensa utiliza-se de todos esses recursos como acesso para divulgar essas informações. A Câmara Municipal de Cuiabá, também, já tem um programa de TV, que é veiculado pela TV Assembléia, cujo espaço foi aberto. Enfim, já há uma certa estrutura de trabalho nessa questão.

Nós vamos começar com o Sr. Carlos Antônio Quezado, palestrante, para comentarmos mais sobre isso, justamente sobre a importância das agências de notícias no papel de divulgação de tudo o que acontece no Legislativo hoje. Porque nós percebemos, também, por outro lado, que há um interesse cada vez maior da sociedade, do eleitor, do cidadão, em conhecer, em saber mais o que é o Legislativo, como funciona. De fato, isso facilita o acesso também com os Parlamentares, porque há todo um questionamento. Nós vivemos agora um ano de eleições municipais em que esse papel político, esse papel de responsabilidade social dos políticos é cada vez mais cobrado pelo eleitor e pelo cidadão.

Boa-tarde, a palavra é do senhor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - Muito obrigado.

Boa-tarde a todos. Eu peço permissão para falar a vocês diretamente aqui da frente para facilitar o acesso à tela.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao INTERLEGIS, na pessoa da Andréia Valente e do Victor Guimarães, o convite para falarmos da nossa experiência na Rádio Agência Senado.

Gostaria de agradecer, também, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pela acolhida durante esses dois dias.

O tema da nossa palestra, minha e da Marta, nossa colega lá de São Paulo, é “A importância das agências de notícias na divulgação de informações legislativas”.

Eu vou mostrar para vocês a nossa experiência lá na Rádio Agência Senado, que tem uma história para ser contada.

Hoje, foi muito feliz essa mudança de pauta, primeiro, porque o professor Marcos, que fez a primeira palestra, foi extremamente brilhante ao apresentar a necessidade de se resgatar a cidadania de todas as pessoas. O único problema é que depois de uma palestra brilhante, nós temos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

que nos esforçar em dobro para tentar chegar pelo menos ao patamar do padrão da palestra que foi feita pelo professor Marcos.

Eu queria iniciar, exatamente, falando, lembrando a frase que ele colocou de manhã do Presidente José Sarney: “As decisões legislativas são debatidas e tomadas em público no quadro das divergências políticas e à mercê das paixões que são legítimas e de interesses contrariados ou favorecidos”.

Então, essa frase vem a calhar, porque é o início de todo esse processo de comunicação que se estabeleceu no Senado com a criação da TV Senado e com a criação da Rádio Senado.

Nós vamos ver que, a partir de janeiro de 1997, o Presidente José Sarney, que exercia o mandato da Presidência da Casa, naquela época, inaugurou a Rádio Senado, que foi o segundo veículo a entrar em operação lá no Senado, cujo objetivo era exatamente dar transparência total das decisões das atividades do Senado Federal.

A primeira missão da Rádio Senado seria a divulgação de todas as atividades do Senado Federal; em seguida, a transmissão ao vivo das sessões plenárias, de tal modo que não houvesse nenhuma interferência daquilo que fosse divulgado ou que fosse proferido pelos Parlamentares por ocasião dos trabalhos do Senado. Tudo que é dito em plenário vai ao ar na Rádio Senado. Também a cobertura dos trabalhos das Comissões, que é onde tem início toda discussão da elaboração de leis e proposições que são colocadas no Senado Federal.

A Rádio Senado FM foi o primeiro dos veículos a entrar no ar. A Rádio Senado FM coloca um sinal num raio, num entorno de oitenta quilômetros de Brasília. Então, o transmissor da Rádio Senado está localizado na torre de TV que é, exatamente, o centro de Brasília, e o sinal em FM vai ao ar e é captado perfeitamente nesse raio de oitenta quilômetros, ou seja, ele cobre o Distrito Federal e as regiões do entorno.

Em 99, foi feito um convênio com a RADIOBRÁS para disponibilizar uma outra frequência na faixa de 49 metros, na faixa de ondas curtas em 49 metros, na frequência de 5.990KHz, que permitiu que se alcançasse também com as informações legislativas as Regiões Norte e Nordeste do país, inclusive parte de Mato Grosso. Inicialmente, foi feita uma programação... A onda curta entrava no ar somente nesse horário onde tivesse as sessões plenárias, depois foi estabelecida uma programação exclusiva para onda curta num horário das 07:00 horas até as 09:00 horas da manhã. A partir desse horário a rádio onda curta entra em cadeia com a rádio FM para transmissão de todo trabalho legislativo.

Por que se procurou gerar essa programação exclusiva para a rádio onda curta? Mais em função da linguagem das pessoas que estão ouvindo nas Regiões Norte e Nordeste, principalmente, na floresta, no sertão, nas fazendas que tem uma audiência muito grande na faixa de ondas curtas. Então, havia necessidade de uma linguagem mais específica para essa região. Por isso que se estabeleceu, por decisão da diretoria da Rádio Senado, uma programação exclusiva nessa faixa de frequência.

No ano passado, em um dos encontros do INTERLEGIS, esteve presente a nossa colega Adriana Carla que apresentou esse trabalho da rádio onda curta, inclusive trazendo alguns programas que eram produzidos lá, na época.

Uma das missões da atividade da Rádio Senado é a geração do jornal do Senado que vai ao ar no noticiário da *Voz do Brasil*. A *Voz do Brasil* é um noticiário que inclusive tem sido alvo de muitas críticas e, às vezes, até polêmicas, que são heranças da era Vargas e que já deveriam ter sido abolidas. Mas a nossa visão no jornal da *Voz do Brasil* já é um pouco diferente. Realmente é uma oportunidade que se tem de forma oficial de mostrar tudo que é realizado pelos Poderes. Então, de 19:00 horas às 19:25 horas, tem o jornal que é preparado pelo Executivo; de 19:25 horas às 19:30

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

horas, espaço de cinco minutos, reservado ao Poder Judiciário; de 19:30 às 19:40 horas, é o jornal do Senado que vai ao ar nesse horário e é produzido por nós, lá na Rádio Senado; e de 19:40 horas às 20:00 horas, tem o espaço reservado à Câmara dos Deputados.

Com a evolução, esse jornal foi mudando um pouco as características e tem se procurado sempre colocar de uma forma dinâmica essas informações para todo Brasil.

E outra atividade da Rádio Senado, então - é o assunto da nossa discussão aqui -, foi a criação do Núcleo de Rádio Agência que vamos detalhar para vocês.

O objetivo principal da Rádio Agência foi a ampliação do raio de cobertura de todo esse material jornalístico que era produzido pela Rádio Senado e também alguns programas culturais, vamos falar sobre isso, possibilitando que qualquer emissora do Brasil pudesse utilizar esse material. Vamos ver como isso é feito.

O projeto piloto da Rádio Agência foi iniciado em outubro de 2002 por ocasião das eleições gerais. Nessa eleição, além da eleição do Presidente da República e governadores, o Senado teve uma renovação de dois terços da sua composição. Ou seja, cada Estado elegeu dois senadores. Então, a renovação de dois terços da Casa foi um evento muito importante quando olhamos o aspecto do Senado Federal. E, então, a primeira experiência foi exatamente em cima da divulgação das eleições de outubro de 2002, onde inicialmente foi feito um contato, via telefone, com 40 emissoras que foram escolhidas mais em função do relacionamento de algumas pessoas que estavam à frente do núcleo da Rádio Agência para descobrir quem é que tinha interesse em fazer esse *pool* de transmissões dessa cobertura das eleições de 2002.

Inicialmente, o contato foi com essas 40 emissoras, que ajudou na cobertura desse trabalho das eleições. No ano passado, em abril, definitivamente foi consolidado o núcleo de Rádio Agência. E o Diretor da Rádio Senado, o jornalista Marcos Fabiano, convidou-me para coordenar esse núcleo e - antes eu cuidava mais da parte técnica da Rádio Senado, devido a minha formação de Engenharia Eletrônica - deixou bem claro o seguinte, além da parte técnica em si, vocês vão ver porque exige esse teor técnico dentro do processo da Rádio Agência, ele gostaria que fossem extraídas dessas informações as estatísticas, qual a nossa abrangência, quantas emissoras nós temos, qual o perfil dessas emissoras e foi o que procuramos realizar de abril de 2003 para cá.

Primeiramente, nós começamos a estabelecer o contato via *e-mail* com as emissoras. Nós conseguimos um cadastro, que foi gerado por uma empresa chamada Mac Express, de todas as emissoras existentes no Brasil e esse cadastro permitiu que fizéssemos um contato através de *e-mail*. Por que é que utilizamos o *e-mail* como ponto de partida? Primeiramente, porque nós iríamos utilizar na divulgação desse trabalho da Rádio Agência basicamente a *internet*, ou seja, nós íamos colocar esse material à disposição das emissoras na *internet*. Então, partimos para a divulgação através de *e-mail* exatamente para permitir que quem entrasse em contato conosco tivesse esse recurso da utilização da *internet* como um meio. E, logo no primeiro mês, nós já conseguimos uma ampliação desse cadastro de 40 emissoras para 80 emissoras. Já tivemos um avanço de 100%, que já foi um ganho fantástico.

Em setembro do ano passado conseguimos fazer uma reestruturação na própria página da Rádio Senado para permitir que as emissoras tivessem um acesso mais fácil a essas informações. Quer dizer, estava na hora também de mudar um pouco a cara, para não ficar aquela coisa batida sempre e é até aconselhável que de tempo em tempo se faça uma renovação do visual, até para que o usuário não se canse, toda vez que acessar a página, ao encontrar sempre a mesma cara, o mesmo visual.

Nós contamos muito nesse trabalho, nessa reestruturação, é claro, com o apoio da equipe do PRODASEN e a equipe de projetos especiais da Secretaria de Comunicação Social. Inclusive, houve uma determinação da parte do Secretário de Comunicação, o Jornalista Armando

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

Rolemberg, que é efetivo da Casa, de que o projeto de Rádio Agência era o projeto mais importante dentro da comunicação social, particularmente, dentro da Rádio Senado, devido a esse potencial de abrangência que eu vou mostrar para vocês.

A Rádio Agência, hoje, utiliza toda estrutura jornalística da Rádio Senado. A Rádio Senado, quando foi constituída, estabeleceu um grupo de redação, um grupo de profissionais de imprensa que trabalham lá e esses profissionais acompanham toda a movimentação do Senado, as atividades do Senado, as sessões plenárias, as comissões e outras atividades extras do Senado Federal e geram matérias que são veiculadas não somente na rádio FM, como também na Rádio Agência, como nós vamos ver.

O processo que utilizamos para disponibilizar esse material é a utilização de arquivos de áudio, codificado no formato MP3. É um formato que já está bem testado, estabelecido, que dá uma boa resolução, uma boa qualidade de áudio, com um tamanho de arquivo pequeno, compatível com a facilidade que as emissoras vão ter para baixar em seus locais esses arquivos. Nós colocamos esses arquivos lá na *internet* com uma sinopse do título da matéria. Então, as emissoras abrem a página, vêem o assunto que lhes interessam e baixam esse arquivo para dentro do seu próprio computador.

Nós descobrimos também, com o andar da evolução do trabalho, que uma boa parte das emissoras do Brasil já estavam informatizadas, mesmo aquelas emissoras comunitárias, de pequeno porte, todas têm um computador e utilizam programas para fazer sua veiculação. Quer dizer, o CD tocado no CD, a fita, então, nem se fala, tudo está se tornando coisa do passado, está se pensando mais agora, quase que exclusivamente, em informatização das emissoras. Isso é fácil, porque o arquivo de áudio que vai para as emissoras já vai com a sonora do Senador, com a assinatura do repórter. Então, a rádio baixa para o seu próprio computador que vai ao ar e ali mesmo vincula a matéria com uma facilidade muito grande. Uma oportunidade que tivemos foi a de visitar algumas emissoras. Fizemos a demonstração *in loco* de como era feito esse *download* dos arquivos, e eles ficaram maravilhados. “Está pronto? Não preciso fazer nada? Eu não preciso botar um locutor? Eu não preciso imprimir a matéria para depois alguém ler?” É só colocar no ar. Isso facilita tremendamente o trabalho.

Além do trabalho jornalístico em si, ou seja, das matérias jornalísticas que são geradas lá na Rádio Senado, nós disponibilizamos também todos os programas especiais que são produzidos pela Rádio Senado, em particular, dois programas que são colocados lá. O *Escala Brasileira*, por exemplo, é um programa que vai ao ar semanalmente lá na Rádio Senado, que são entrevistas feitas com grandes nomes da música brasileira, que normalmente vão a Brasília para apresentação de algum *show*. Então, o jornalista que é responsável pela produção do *Escala Brasileira*, faz o convite e eles vão ao estúdio da Rádio Senado, ou às vezes eles deslocam até o hotel, fazem entrevista, falam da vida, fala da obra, das composições... É um programa muito ouvido lá em Brasília e nós o colocamos à disposição das emissoras conveniadas. Hoje, temos vinte e uma emissoras já no nosso cadastro que veiculam normalmente o programa *Escala Brasileira*.

O outro programa que colocamos também à disposição foi o *Brasil Regional*, que é produzido por um colega nosso, jornalista Uberaldo Gulart, lá da TV Senado. Ele vai lá na rádio FM, no domingo, pela manhã. E esse programa é veiculado por onze emissoras do nosso grupo de emissoras conveniadas. O retorno que eles nos dão é de que o ouvinte está satisfeito e, de uma certa forma, além de estar divulgando o Senado Federal, estamos possibilitando também a essas pessoas de terem mais informações culturais.

Os arquivos dos dois programas, particularmente os dois programas, não são colocados na página da *internet*, porque são arquivos maiores. Os programas têm duração de uma hora. Então, se tornaria extremamente pesado se nós colocássemos isso na página da *internet* e

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

obrigássemos as nossas rádios conveniadas a baixar através da sua conexão com a *internet*, que nem sempre são conexões de banda larga - nós sabemos disso. Então, mandamos para as rádios interessadas os arquivos gravados no CD-R. Cada CD tem dez programas que nós mandamos para eles. Na medida em que os programas vão ao ar, quando completamos um grupo de dez programas, gravamos outro CD e o colocamos no correio. O resultado tem sido impressionante.

Vamos falar um pouco das estatísticas. Uma das missões que o jornalista Max Fabiano colocou-me ao nos convidar para assumir a rádio-agência foi que tivéssemos o retorno das informações vindas da conta. Hoje, no nosso cadastro, há quinhentas e vinte e duas emissoras, e depois que foi fechado o *PowerPoint* da palestra daqui de Cuiabá, mais uma emissora foi cadastrada. Vamos considerar oficialmente o número que está escrito: quinhentas e vinte e uma emissoras. Cento e oitenta e sete emissoras de AM, ou de onda média; trezentas e vinte e duas de FM, nesse caso incluídas as rádios comunitárias, o que dá um total de quinhentas e nove emissoras de AM e FM, duas emissoras de onda tropical e dez rádios *Web*. Já foi falado o que significa a rádio *Web* neste encontro de Cuiabá. Há alguns *sites* que disponibilizam o áudio para seus usuários. Eles se cadastraram como conveniados da Rádio Senado, inclusive, para permitirem que fossem baixadas notícias e disponibilizadas na página dele. Nesse grupo de rádio *Web*, inclusive, estão consideradas algumas agências de notícias. Eu considerei, também, na rádio *Web*, porque não tive uma classificação para isso, o serviço de alto-falante da Bahia, que se cadastrou. Ou seja, ele não é uma rádio, não é uma rádio *Web*, nem é uma rádio convencional, mas tem um serviço de alto-falante que, provavelmente, é uma Kombi com um alto-falante no seu teto, que circula pela cidade, com música, notícias da comunidade e utilizam, também, o nosso material. Eles estão cadastrados como emissoras nossas.

Vamos, agora, entrar no detalhe da distribuição dessas emissoras por Estado. Quando nós iniciamos o projeto esse número que está na coluna da direita é o número oficial de dezembro de 2002, do Ministério das Comunicações. De lá para cá, não tivemos acesso a nenhuma atualização desses dados. Eu acredito que ainda esteja em processo de atualização e não disponibilizaram ainda na *internet* as informações atualizadas. Então, nós nos calcamos nessas informações. Acredito, inclusive - já estamos há quase dois anos dessas informações - que o número já seja bem maior.

Mas nós estabelecemos como meta, inicialmente, que tivéssemos 10% das emissoras do Estado como conveniadas da Rádio Senado. Por esse quadro, somente o Amapá está abaixo dos 10%, porque, pelo cadastro, tem quinze emissoras e nós só temos uma lá.

Mas no caso aqui de Mato Grosso, nós temos 19 emissoras cadastradas - eu vou entrar no detalhe aqui para vocês verem - das 95 que estão previstas no *site* do Ministério das Comunicações. Claro que com a expansão das rádios comunitárias, que já se estima que tem até mais do que cinco mil - mas esse número ainda não está confirmado por mim - eu só gostaria de utilizar isso como referência quando tivesse essa informação oficial, vinda do Ministério. Nós estamos correndo atrás disso. Mas, das 95 emissoras que constavam no cadastro, aqui no Estado de Mato Grosso nós temos 19 conosco, o que corresponde a 20% das emissoras. Mato Grosso corresponde a 4% de todas as 521 emissoras do nosso acervo de conveniadas.

Os outros estados do Brasil - essa é a situação - particularmente, o Estado de São Paulo é onde tem a maior quantidade de emissoras. Tem 649 emissoras de AM/FM e de ondas tropicais e curtas. E nós temos 68, ou seja, nós estamos ali no limite dos 10%, claro que quanto mais emissoras e mais gente se conveniar conosco, melhor.

No geral, então, o quadro final é esse: nós temos uma rádio *Web* nos Estados Unidos; duas emissoras de FM na Guiana Francesa, cadastradas como rádios conveniadas; uma *Web* no Reino Unido, normalmente são *sites* em português que são sediados lá e que, conseqüentemente,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

gostam ou acham interessantes que se disponibilizem essas notícias para os brasileiros que vivem no exterior; e uma rádio FM, lá em Portugal, que está cadastrada como conveniada à Rádio Senado. No total, nós cobrimos 388 municípios de todo Brasil, o que corresponde a mais ou menos 7% dos 5.561 municípios do Brasil, conforme as estatísticas do IBGE.

Fizemos uma coisa interessante. O número pode ser até questionado, mas quando você olha do ponto de vista da estatística, pode-se considerar isso como válido.

Quando solicitamos que uma emissora se cadastre como conveniada da Rádio Senado, através do serviço de rádio agência, nós pedimos que eles informem o percentual de audiência deles. Então, eles estabelecem lá 30%, 40%. Normalmente nesse percentual, o rádio difusor tem uma noção clara de qual é a abrangência que o seu trabalho atinge na população de seu município. Um dia apareceu uma rádio que colocou que a sua audiência era de 100%. Eu falei: Eta, cara mentiroso! Mas eu fui ao IBGE e vi que era um município pequeno, com pouco mais de 2.000 habitantes, que só tinha aquela rádio. Então, você acredita realmente que 100% da população ouvem aquela rádio. Não tem nem o que questionar. Então, realmente não questiona.

No somatório... Claro que alguns municípios, inclusive o caso aqui de Cuiabá, temos mais do que uma emissora conveniada, então, o cálculo é feito em função da maior audiência informada, o que nos dá uma audiência estimada de 25 milhões de pessoas, ou seja, a uma matéria colocada sobre o Senado, existe um público potencial, se todas elas divulgassem e todos os ouvintes estivessem ouvindo, nós estaríamos atingindo mais de 25 milhões de pessoas. Nesse cálculo, inclusive, está fora o Distrito Federal, que é coberto pela Rádio Senado FM e também tem algumas emissoras, principalmente duas rádios AM e algumas rádios comunitárias, dividas pelo Distrito Federal, que também são conveniadas da Rádio Senado. Quer dizer, apesar de ter uma rádio FM que cobre isso tudo, há outras emissoras também interessadas.

Outra coisa interessante nessa estatística é que nós consideramos a população do município da sede da emissora, mas, com certeza, uma rádio AM cobre muito mais do que somente aquela região física do município, inclusive algumas informam. Qual é sua cobertura? Chega a 40 municípios aqui no entorno. E é verdade. Mas, para fins de cálculo, eu utilizei somente a população do município.

Esse gráfico representa, então, de uma forma visual, qual o percentual de emissoras AM e de FM. O percentual de emissoras de FM é bem maior, porque 30% do total das emissoras são rádios comunitárias que vêm a nossa divulgação e se cadastram como rádios conveniadas.

Falando em divulgação, uma das coisas que me preocupou no início do projeto da Rádio Agência era como iríamos chegar até as emissoras. Como falei para os senhores, logo no início, nós divulgamos enviando *e-mail* para todo o cadastro que tínhamos. Para as emissoras que tinham *e-mail*, enviamos uma carta explicando como era o trabalho da Rádio Agência, como pretendíamos fazer chegar até as pessoas essas informações geradas na Rádio Senado. E logo lotou. Acabamos todo o cadastro e percebemos que foi diminuindo a quantidade de emissoras que estavam se cadastrando como conveniadas. Precisávamos de algo mais.

Então, fizemos uma vinheta de áudio que é colocada até hoje, vinculada ao jornal *Voz do Brasil*, informando o trabalho da Rádio Agência - não sei se alguém já teve a oportunidade de ouvir. Na rádio de onda curta, tínhamos feito, mas praticamente não foi divulgado e o retorno foi praticamente zero.

Na própria *internet*, pessoas que entram navegando na *internet* acabam chegando à Rádio Senado e descobrem uma forma boa de se obter notícias e se cadastram.

O jornal do Senado que é um dos veículos de imprensa escrita que o Senado produz, também tem um anúncio que de vez em quando sai quando tem espaço, quando os

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Senadores não criam muita informação. Quando sobra espaço, aí é divulgada a notinha da Rádio Agência e por aí vai.

Agora, o mais importante que avaliamos foi um trabalho jornalístico produzido pela TV Senado, que divulgou o trabalho da Rádio Agência, que é veiculado sistematicamente, praticamente, todo dia veicula essa vinheta institucional, que, na verdade, não chega a ser uma vinheta, é quase que uma matéria jornalística, tem três minutos e meio, mais ou menos. E vejam que praticamente o conhecimento, a mídia de divulgação, *internet* e a mídia TV Senado se equiparam. Ou seja, cada vez que essa matéria jornalística é veiculada na TV Senado aparece lá no meu computador o cadastro de mais uma emissora para fazer parte da rede de informação legislativa.

Vejam a evolução de quantidade de emissora que tivemos a partir de dezembro do ano passado, quando iniciou a veiculação dessa matéria da TV Senado. Foi mais ou menos em 18, 19 de dezembro. Essas datas são domingos, eles marcam na verdade no início de mês. Estávamos com 310 emissoras em meados de dezembro e chegamos a 521 agora em meados de agosto. Então, tivemos um aumento considerado. Esse gráfico mostra a evolução ao longo desse tempo. O que mostra que o resultado da divulgação, quer dizer, a propaganda que foi feita trouxe um retorno para o nosso trabalho.

Salvo alguns *e-mails* que nos são mandados dando retorno, algum contato telefônico que a emissora faz, nós não temos outra forma de saber se realmente as emissoras estão utilizando esse material ou se estamos simplesmente colocando essas informações lá, de graça. Mas nós temos um controle que o pessoal da *internet* fez lá na página, que é contar quantos arquivos são extraídos diariamente da página. Este é o resultado mês a mês, até o mês passado, mês de julho. Observem que houve um crescimento, ali é a média diária de arquivos mês a mês, de quantidade de arquivos baixados da página da Rádio Senado, da página da Rádio Agência na *internet*. Então, nós tínhamos 789 em janeiro, praticamente com o Parlamento parado; em fevereiro 997; em março, inicia efetivamente as atividades parlamentares, já tínhamos uma média de 1.433, depois 1.519, 1.595, 1.665. Obviamente, o recesso de julho faz cair essa média de área de acesso.

Mas vejam, isso aí são todos os arquivos que estão dentro da página e que são extraídos pelos usuários lá na ponta, que inclui, inclusive, alguns programas culturais, além desses que eu mostrei para vocês ali, que são mandados pelo correio, os de menor duração são disponibilizados na própria página da Rádio Senado. E nós fazemos esse levantamento todos os dias para ver a evolução.

Este gráfico aqui mostra uma situação *sui generis*. Observem, a linha vermelha mostra a quantidade de arquivos que são baixados diariamente da página da Rádio Senado. A linha azul mais escura mostra os acessos à página da Rádio, porque, muitas vezes, o usuário pode entrar na página da Rádio Senado e não extrair nenhum arquivo. Ele entra lá, faz uma visita, olha, não se interessa e sai fora. É registrada a presença lá na contagem, mas, não baixando nenhum arquivo, eu não registro.

O mês de junho, julho e agosto aconteceram fenômenos em que buscamos explicação e, claro, todos esses fenômenos têm explicação. A primeira vez que aconteceu, ligamos para o pessoal da *internet*, e falei: “Escuta, o seu negócio está errado. Hoje deu três mil acessos, três mil arquivos baixados da página da Rádio Agência”. “Como é que você duvida do meu programa? Eu fiz o programa certo.” Aí já fica bravo, não é? Já que ele ficou bravo, agora vamos procurar outra explicação, e encontramos a explicação: este mês de agosto nós tivemos uma marca simplesmente incrível, oito mil *downloads* foram realizados na página, no dia 19 de agosto, exatamente na quinta-feira da semana passada. Eu falei: gente, o que será que aconteceu? Eu não posso nem ligar para o cara lá porque ele vai ficar bravo de novo, dizer que eu estou duvidando da eficiência do programa dele de fazer o cálculo. Aí nós descobrimos o seguinte: qual é o tema mais polêmico que está sendo



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

discutido atualmente nos meios de comunicação? É a criação do Conselho de Jornalismo, não é isso? Toda hora a imprensa está aí direto malhando, gente dando opinião.

Bom, no dia 16, segunda-feira da semana passada, o Programa Conexão Senado, que vai ao ar na FM e na Onda Curta ao meio dia, promoveu um debate entre algumas autoridades, inclusive senadores, sobre o Conselho de Jornalismo. Esse debate foi colocado na página da Rádio Senado, é realizado na segunda-feira, assim que termina nós só fazemos a extração do arquivo e disponibilizamos, não deve dar um retardo de trinta minutos entre o fato acontecer e colocarmos na página da Rádio Senado. Quando é na terça-feira, ou quarta-feira, nós tiramos isso para não ficar muito pesado, como são bem factuais, a partir do momento que as pessoas já acessaram, não tem mais interesse em ficar toda hora baixando arquivo. E quando foi, mais ou menos, na quarta-feira ou quinta-feira, uma pessoa ligou para a rádio pedindo para que disponibilizássemos de novo essa entrevista. Essa entrevista foi dividida em três arquivos, de duração média de quinze a vinte minutos cada uma. Para não colocar lá junto com a Conexão Senado, onde teriam outras informações, nós colocamos numa editoria chamada: Atendendo a pedidos. Aí, Atendendo a pedidos colocou esses três arquivos.

Nós não sabemos ainda o que foi que essa pessoa que solicitou fez com esse *link*. O fato é que ocasionou oito mil arquivos extraídos da página. Provavelmente, ou ela mandou *e-mail* para um monte de gente colocando o *link*, olha, lá na Rádio Senado tem entrevista, baixa essa informação, ou colocou em algum *site* da área de jornalismo, aí, conseqüentemente, as pessoas entram lá, quando clica no *link*, ele vai direto na nossa página e extrai o arquivo.

Observem que a pessoa entrou lá na página e não chegou a entrar na página da Rádio Senado. Ela simplesmente vai lá no sistema e extrai o arquivo. Ou seja, tem mais ou menos quatrocentos e poucos acessos à página e oito mil arquivos extraídos. Como ficaram em três arquivos essa entrevista, divide cem por três que dá mais ou menos umas duas mil e quinhentas pessoas que pegaram essas informações lá dentro da Rádio Senado. É um negócio fantástico.

Então, nos outros dois casos, o de julho e o de junho... Em julho foi o seguinte: a Rádio Senado produziu um Programa sobre os cinquenta anos do rock, aí o produtor informou isso aí para um jornalista lá de Brasília, que é fanático por rock, e ele colocou na página dele, na página sobre rock. “Olha, ouça um Programa comemorativo aos vinte e cinco anos do rock.” Aí foram três mil arquivos extraídos naquele dia.

No caso da PEC dos Vereadores, que foi em junho, teve também um pico de três mil e quinhentos arquivos extraídos, mas teve também a contrapartida do acesso à página da Rádio Senado. Ou seja, como era um assunto de interesse dos municípios, em saber como é que iria evoluir a votação da PEC dos Vereadores, aí muita gente entrou na página, muita gente viu a discussão que foi feita lá dentro do Senado e extraiu arquivos. Então, mostra que realmente o controle indica que tem gente usando, a partir do momento que tem gente usando, vale à pena tocar o trabalho para frente.

Vamos ver um pouquinho o que acontece aqui no Mato Grosso. Como falei para vocês, nós temos dezenove emissoras. Esse diagrama vai mostrando todos os municípios onde temos emissoras conveniadas lá com a Rádio Senado, inclusive aqui em Cuiabá. Está certo que a abrangência das rádios não é essa área do município, essa área pintada ali que aparece é a área física do município. E como vocês sabem muito melhores do que eu, o Estado de Mato Grosso é um Estado praticamente continental, as áreas são enormes e os municípios também são grandes, mas mostra que nós temos já o pé da divulgação da Rádio Senado, a divulgação do Senado em vários municípios aqui do Estado de Mato Grosso.

Nesse outro quadro, então, está a informação de quais são os municípios e quais são as emissoras e a sua modalidade aqui no Estado de Mato Grosso, o que obviamente nos honra

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

bastante. Inclusive, pouco antes de virmos para esta palestra aqui na Assembléia Legislativa, nós mandamos um *e-mail* para todas essas emissoras informando que iria ter este evento aqui, do INTERLEGIS, que eles procurassem divulgar. Lá na Rádio Agência estão sendo colocadas as informações sobre este evento que está acontecendo aqui. Nós esperamos, realmente, ter uma boa divulgação desse trabalho.

Finalmente, o nosso endereço na página da Rádio Senador, particularmente da Rádio Agência, é esse aí: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio). A primeira página da Rádio Senado é a página da Rádio Agência, onde são colocadas as últimas informações do Senado, tanto notícias, quanto pronunciamento em plenário, entrevistas que são feitas nos programas ao vivo, que são o *Conexão Senado* e o *Senado Repórter*, que estão à disposição de todos vocês.

Ali fora, no *hall* de entrada eu deixei os folhetos da Rádio Agência. As informações que têm lá já estão desatualizadas, porque de setembro do ano passado, quando fizemos esse folheto, até agora, vocês viram que o processo evoluiu. Já temos essas quinhentas e vinte e duas emissoras. Esperamos que vocês, que têm contato direto com as Câmaras e com a própria Assembléia Legislativa, incentivem suas emissoras a fazerem parte dessa rede de divulgação legislativa. Na Rádio Senado nós estamos à disposição para qualquer outra informação.

Essa é a página da Rádio Senado. Quando você acessa a *internet* cai nessa página, nesse endereço, onde nós temos as últimas notícias, alguns destaques que são colocados ao lado e algumas informações sobre a própria Rádio Senado e sobre o trabalho da Rádio Agência.

Eu agradeço a atenção de vocês. Obrigado (PALMAS).

O SR. JOSÉ PORTO - Obrigado, Sr. Carlos Antônio.

Na seqüência, vocês poderão fazer mais perguntas sobre essa experiência e sobre tudo que foi colocado sobre a Rádio Senado e sobre a Rádio Agência, para obtermos mais informações.

Passamos a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marta Regina Rangel Neves, Diretora da Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que também tem várias experiências no tocante às agências de notícias, divulgando tudo o que acontece no Legislativo, no Parlamento Estadual de São Paulo.

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Boa-tarde!

Eu tenho experiência mais na imprensa escrita. Eu trabalho na Assembléia Legislativa há bastante tempo e no departamento de comunicação há sete anos.

Eu vou falar um pouquinho sobre o departamento de comunicação para depois detalhar um pouco a nossa agência de notícias.

A Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1996, com o objetivo de dar mais visibilidade e transparência para as ações, promoveu uma reestruturação da Casa e criou o departamento de comunicação. Esse departamento é composto pela divisão de rádio e TV, que coloca a TV Assembléia no ar e a rádio *Web* também; pela divisão de comunicação social que dá suporte aos eventos da Casa; e pela divisão de imprensa pela qual eu respondo, que é quem edita o jornal da Assembléia, o *Diário da Assembléia*, que circula junto ao *Diário Oficial*. É responsável pela Agência de Notícias, pelo *Clipping Diário* e pelo jornal de circulação interna, um jornal informal.

Bom, agora eu vou mostrar para vocês os produtos da divisão de imprensa.

(NESTE MOMENTO A SR<sup>a</sup> MARTA RANGEL FAZ A SUA EXPOSIÇÃO NO DATASHOW)

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Então, esse é o *Diário da Assembléia*.

Quando a divisão foi criada, nós produzíamos um informativo que circulava só internamente. Este era distribuído aos departamentos e aos gabinetes dos Deputados e, esse

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

informativo, no final da tarde, era enviado por fax às redações. Isso prejudicava os repórteres, as editorias não aproveitavam as informações da Assembléia, porque chegavam tarde às redações.

Daí, a agência de notícia foi implantada em 2000. Isso agilizou bastante o envio das informações às redações, que passaram a aproveitar para elaboração de suas pautas diárias as notícias do Legislativo de São Paulo.

Bom, esse é o *Diário da Assembléia*. Ele tem uma tiragem de 16 exemplares. Ele chega no Estado todo de São Paulo. São 645 municípios que recebem o jornal. Nós chegamos a produzir de cinco a doze páginas diárias.

Nós temos uma equipe de repórteres, todos são funcionários da Assembléia Legislativa, diferentemente do que acontece com a TV e com a rádio que são serviços terceirizados.

Foi uma evolução - eu acredito - porque o funcionário da Assembléia não tinha essa cultura de comunicação. Tinha um ranço de funcionalismo. Foi preciso um trabalho de conscientização da importância da comunicação para a Casa.

Hoje, eu tenho um quadro com mais de trinta funcionários, todos efetivos, que não são só repórteres, evidentemente, são repórteres, diagramadores, operadores de agência... Os repórteres fazem a cobertura de todos os eventos da Assembléia: sessões plenárias, votações, sessões solenes, audiências pública, votações em comissões, ou seja, tudo o que acontece na Assembléia Legislativa tem a cobertura jornalística dos repórteres da divisão. Com isso nós produzimos matérias. Essas matérias entram no *Diário da Assembléia Legislativa* e, nesse mesmo formato, são inseridas na agência de notícias, porque é uma agência de notícias e não um jornal *on line*, e ela vai no mesmo formato, no mesmo padrão.

O que temos percebido, ao longo do tempo, é que, desde a implantação da agência, os repórteres, as editoras têm se interessado bastante por mais informações sobre a Assembléia Legislativa. Isso só conseguimos medir pelos telefonemas que recebemos. Podemos afirmar, mesmo, que eles se pautam muito pela agência de notícias.

Esse é o nosso *site*. A nossa agência atualmente funciona clicando na foto. Clicando na foto, entra-se na Agência de Notícias.

Existe na Assembléia Legislativa também o projeto de construção de um portal, de transformação do *site* atual num portal do cidadão. Dentro desse projeto está prevista a mudança do *layout* da página, e a agência de notícias passaria a ser um jornal *on line*. Nesse caso, mudaria o formato das matérias, que seriam reduzidas. Teríamos a oportunidade de inserir várias imagens, algumas outras imagens na página principal, que dá uma mobilidade maior. Atualmente podemos dar destaque para uma notícia somente, o que fica difícil, com uma Casa com 94 Deputados, 14 partidos políticos e o critério de escolha às vezes é um pouco difícil. Esse é um outro produto da divisão, que é o *Clipping Diário*, um resumo das principais notícias dos principais jornais do Estado. Estamos com uma tiragem de 173 exemplares, sendo que o objetivo é fornecer subsídio para a atividade parlamentar. É uma ferramenta de trabalho, na verdade, para os Deputados e assessorias.

Temos também um projeto, o *Clipping Eletrônico*. Isso ainda está bem no começo, pode ser que tenhamos.

Esse é um jornal de informação, jornal de circulação interna, direcionado para o público interno, funcionário. Ele tem uma tiragem de 2.500 exemplares. Ele é quinzenal. São temas de interesse dos funcionários, como segurança de trabalho, saúde, associações, CIPA, cursos.

Essa é a manchete da Agência de Notícias, como eu estava explicando para vocês, é uma única foto que entra.

Essa é a relação de notícias. A nossa agência tem um banco de dados disponibilizado para o usuário com dados desde 2000, data da sua implantação. Você digitando uma palavra chave - eu ia fazer uma demonstração, mas não dá para acessar a *internet* daqui. No campo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA  
27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

para pesquisa, você joga qualquer palavra chave e vai entrar a relação de todas as notícias que houve nesse tempo em que a agência funciona, com fotos para *download*. Esse é o campo para pesquisa. É um banco de dados bem eficiente, ele funciona rápido, é ágil. Essa é a arquitetura do sistema que eu vou ler para vocês.

É um aplicativo da agência que foi desenvolvido em *Visual Basic* que é uma linguagem de programação da *Microsoft* e foi instalado no computador que vai alimentar a base de dados, que é o computador da divisão de imprensa. A divisão alimenta o sistema com as notícias e com os arquivos de imagens, no caso, da Agência de Notícias e da Rádio *Web*, que seriam os arquivos de áudio que entram. Confirmado o cadastro da notícia, o aplicativo salva os arquivos de imagens e de áudio no servidor *Web*. O texto da notícia é armazenado em um servidor de dados diferentes que é o servidor de bancos de dados relacionados *Oracle*. Assim, o visitante do *site* da Assembléia Legislativa pode acessar as matérias publicadas através de páginas que atualizam dinamicamente os dados. Os usuários da *intranet* também têm acesso da mesma maneira.

Esse é um gerador de notícias que tem um mecanismo muito simples de inserção de notícia. Fazemos a notícia no *Word*, copiamos, colamos e atualizamos tanto a imagem, quanto o texto.

A Agência de Notícias, embora seja dirigida preferencialmente para a profissional da imprensa, auxilia bastante, beneficia o usuário que quer conhecer um pouco mais do trabalho legislativo. É uma forma de a Assembléia ser observada. Tudo que acontece já está na Agência de Notícias. Quem quer transparência, quem quer visibilidade, é isso, tem que estar lá à mostra!

Uma coisa que ponderamos sempre é a questão da responsabilidade, porque você, colocando a imagem da instituição na *internet*, está mais aberto, obviamente, à fiscalização. Você está mostrando a sua cara, pondo a sua cara para bater. Lá, você pode mostrar tanto a eficiência de uma instituição quanto a ineficiência. É um risco, mas é importante.

Sobre a linha editorial, eu quero falar um pouquinho que a preocupação da divisão de imprensa é com o caráter público das informações transmitidas. Procuramos sempre exercer um jornalismo que privilegia os fatos e procuramos sempre manter isenção numa Casa política que tem 94 Parlamentares, 14 partidos políticos. Precisamos tomar bastante cuidado com a questão editorial. Você imagina 94 donos de jornal, 94 patrões, achando que a sua notícia é a mais importante, é a mais relevante.

Então, a orientação é a seguinte: sempre o critério principal é o jornalístico. Nenhuma linha editorial é imposta nem pela Mesa Diretora, nem pelos Parlamentares, é tudo discutido entre a equipe da redação. E isso vai para as Assessorias dos Parlamentares, os próprios Deputados também, que sempre conversamos.

A questão da presteza da informação, que a divisão sempre procura manter desde a sua criação, ajudou muito na credibilidade da Assessoria de Imprensa, que somos nós da Casa junto às empresas externas. É muito comum nós abrirmos uma notícia e ver uma informação errada sobre a Assembléia, sobre uma votação. Normalmente, o repórter ao invés de se reportar à assessoria da instituição, procura uma assessoria parlamentar que, às vezes, passa uma informação comprometida por uma tendência ideológica. Eu acho que está começando a mudar isso. Nós temos tido muita procura de informação. Tem aumentado muito o número de repórteres interessados mesmo na informação precisa. Isso eu acho que foi um ganho também.

Nós tomamos cuidado para que a agência e o jornal não sirvam de instrumento de campanha partidária ou pessoal. Isso nós tomamos sempre cuidado, principalmente, no período eleitoral. Nós até restringimos as matérias do *Diário Oficial*, somente as produzidas pela redação. Normalmente, nós publicamos *release* das assessorias parlamentares. Nós editamos entre uma rubrica que as informações são de responsabilidade da assessoria, mas normalmente nós rubricamos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

todo *release* que nos chega. Em tempo normal, sem ser no período eleitoral, nós chegamos a receber de trinta a quarenta *e-mails* por dia, é bastante coisa.

Então, nesse período eleitoral, nós restringimos para o *Diário Oficial*. Por ser *Diário Oficial*, nós restringimos publicar só o que é produzido pela redação. Agora, na Agência de Notícias, nós também tomamos esse cuidado, mas é um pouco mais aberto por não ser o *Diário Oficial*. Mas sempre com o cuidado de estar divulgando a informação, não o candidato, não a pessoa.

Eu queria falar dos objetivos. Um é esse que eu estou falando, que é divulgar o trabalho parlamentar, as atividades da assembléia, disponibilizar um banco de dados para consulta do usuário, tanto interno quanto externo, constituir isso como porta de entrada da Assembléia na *internet*, com *layout* agradável, informações atrativas para o diário. Na minha opinião, eu acho que a notícia, quando você entra numa página, a notícia é o que atrai mesmo, desde que ela tenha uma informação verdadeira.

Outra coisa muito importante que eu acho do *site* da assembléia é o sistema do processo legislativo que possibilita o acompanhamento de todas as proposições, a tramitação completa. Na minha opinião, são as duas coisas mais importantes da página que tem que funcionar muito bem, porque, se o usuário entra e tem dificuldade ou não consegue uma informação precisa, ele entra uma vez, duas e depois fala: eu não entro mais.

Por fim, ser mais uma ferramenta de trabalho para o jornalista como para a comunidade interna, porque aquele campo de pesquisa funciona muito como um localizador de informação. Você fala: puxa, quando é que foi aquela reunião, aquele projeto que foi aprovado, não foi, você vai ao campo de pesquisa porque tudo foi objeto de notícia e você acha facilmente.

Eu queria fazer uma demonstração para vocês, mas não vai dar, porque não estamos tendo acesso à *internet*.

Bom, gente, eu acho que é basicamente isso.

O SR. JOSÉ PORTO - Seria interessante para a sua demonstração, vou só reafirmar o *site* da Assembléia Legislativa...

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Ah, sim!

O SR. JOSÉ PORTO - Porque daí você pode até explicar o processo passo a passo.

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Bom, o *site* para vocês visitarem é o [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br), clica na foto e vocês entram na agência de notícias.

O SR. JOSÉ PORTO - Antes de abrir para as perguntas, eu vou me dar o direito de fazer uma pergunta após essa apresentação da Marta. Você já colocou no final aí algumas coisas que melhoraram, mudanças que aconteceram na divulgação de informações no Parlamento de São Paulo, e também para o Antônio Quezado, nós queremos saber, a princípio, que mudanças vocês perceberam nesses processos de divulgação de informações tanto do Senado como também da Assembléia Legislativa de São Paulo, o que mudou com relação à imprensa, o que mudou em relação até à divulgação do trabalho Parlamentar.

Vamos começar com o Antônio Quezado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - Bom, desde que foi implantada a estrutura de comunicação social do Senado, nós observamos - eu entrei no Senado com uma parte da estrutura já em funcionamento, que era a TV Senado e a Rádio Senado, que já estavam no ar há praticamente um ano, e nós trabalhamos na implantação até dos estúdios, equipamentos, etc - mas observamos que com a entrada em funcionamento de uma emissora de rádio ou de uma emissora de TV, onde colocam sons e imagens diretos do plenário, ao vivo, para todo Brasil, e a Rádio Senado alcança somente ali a área do Distrito Federal, mas a TV Senado tem uma abrangência nacional e, obviamente, logo em seguida, de um ano e pouco para cá houve a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

disponibilização na *internet*, e observamos que há um cuidado, da parte dos Senadores, de realmente serem firmes naquelas posições, porque hoje em dia já não mais estão preocupados com aquele pronunciamento ou com aquela posição que ele coloca em plenário, se será somente registrado nos Anais e que poucas pessoas terão acesso a isso. Eles estão conscientes de que isso está, realmente, às claras, para todo o País, acompanhar e mostram que há, realmente, com isso, uma busca por essa autenticidade para evitar situações, às vezes, constrangedoras pelas quais poderiam passar.

Com relação à imprensa, nós observamos que há, realmente, por parte da mídia em geral, particularmente no caso da rádio, uma preocupação forte para que haja essa transparência na divulgação das informações do que se discute no parlamento e, particularmente, no Senado Federal. Isso vem, realmente, ao encontro daquela posição que o professor Marcos colocou pela manhã, na palestra: Nós temos que buscar essa cidadania. E muitas das rádios difusoras da imprensa, em geral, têm-se preocupado em colocar de forma transparente, à disposição da população, essas informações. Essa é a visão de mudança de postura que eu observo.

O SR. JOSÉ PORTO - São noventa e quatro padrões de olho em todas as informações.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - Se formos falar dos padrões, o Senado está mais em vantagem que a Assembléia Legislativa de São Paulo, que tem só oitenta e um padrões.

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Eu acho que você dar visibilidade às ações do legislador aprimora o processo do Legislativo. Ele se vê mais, ele produz mais e melhor, porque ele sabe que estão vendo e está visível para todos.

O SR. JOSÉ PORTO- Nós abrimos, agora, às perguntas.

Quem estiver interessado em fazer perguntas, eu peço que, por gentileza, dirija-se à tribuna e identifique-se.

Alguém gostaria de fazer pergunta? (PAUSA).

Uma pergunta aqui: Discute-se muito hoje a concorrência do rádio com a televisão. Nós vivemos em uma era de tv fechada. A tv aberta continua com o seu crescimento. Quando se fala em uma Rádio Agência de notícias, é claro que o Senado já é um grande produtor de informações, momento a momento, mas compactar tudo isso para que se torne uma Rádio Agência foi um desafio muito grande ou a própria estrutura de Poder já possibilitou isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - Na verdade, o que nós buscamos com a rádio agência foi essa ampliação do alcance dessas informações, exatamente porque o meio inicial que foi buscado, que foi a construção da rádio FM, ficou restrito a área geográfica do Distrito Federal. Muito embora, desde o princípio, tenha sido disponibilizado um sinal de satélite para qualquer emissora do Brasil utilizar.

A falha do processo é que, no início, se colocou essa informação no satélite, mas não foi feito esse contato corpo a corpo e nem essa divulgação bem específica para as emissoras para que elas se estimulassem a utilizar esse sinal de rádio que é disponibilizado para todas elas. E claro, a princípio, o sistema foi colocado apenas no sistema rádio SAT digital, que é um equipamento bastante caro. Não é toda emissora que tem possibilidade de desembolsar quatro mil reais para instalar um sistema de recepção do satélite.

Com a evolução das coisas, na medida em que a TV Senado montou a sua estrutura de transmissão por satélite e tudo mais, nós colocamos também um sinal da Rádio Senado num canal lateral da TV Senado, de forma que o sistema, de quatrocentos reais, de recepção de parabólica, você tem o sinal da TV Senado com o áudio da TV Senado e também o áudio da Rádio Senado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Agora, o que faltou foi esse contato direto com a ponta, com os municípios, com as Assembléias e tudo mais para procurar fomentar essa necessidade que as pessoas teriam de fomentar o interesse em buscar essas informações através dos sistemas de divulgação do Senado.

No caso da Rádio Senado, agora, já com um ano e praticamente consolidado o trabalho da Rádio Agência, nós vamos partir para um contato mais corpo a corpo. Na próxima semana vou a Belém do Pará visitar, durante quatro dias, praticamente todas as emissoras que tem ali e algumas cidades da redondeza, em busca de, não só estreitar o relacionamento com algumas emissoras que já são as nossas conveniadas, até para que elas se sintam valorizadas em alguém do Senado ir lá e conhecer a estrutura, conhecer os equipamentos, porque, muitas vezes, as emissoras carecem até de uma consultoria técnica. O fato de eu ter formação de engenharia e ser um especialista nessa área, até posso chegar na visita à emissora e sugerir: Olha, faz assim, não faz diferente. Entendeu?

As emissoras, lá na ponta, que às vezes, carecem dessa consultoria, sentem-se valorizadas pelo fato de ter alguém que tem interesse que eles tenham um melhor sinal, uma melhor possibilidade de transmissão de sinal de qualidade.

Inclusive, hoje, acompanhando a palestra do nosso colega de Rondônia, o INTERLEGIS tem tido uma atuação muito presente na elaboração dessa rede de integração dos computadores. Depois, conversamos ali fora - era para ter colocado isso na palestra, mas ainda estamos dentro da palestra; o espaço ainda está aberto - sobre aproveitar essa possibilidade de instalação de uma rede de banda larga dentro das Assembléias e Câmaras Legislativas, Câmaras Municipais - esse é um vício do Distrito Federal, falar Câmara Legislativa - para que essas Câmaras Municipais entrem em contato com as emissoras da cidade e utilizem essa informação proveniente do Senado, da Câmara dos Deputados ou da Assembléia Legislativa do Estado, oferecendo esse material de áudio, dada a facilidade de acesso ao computador, às emissoras da sua cidade. Elas estarão contribuindo para que se dissemine, cada vez mais, essa informação e, conseqüentemente, aumente a probabilidade de se levar a cidadania às pessoas.

O SR. JOSÉ PORTO - Eu gostaria que o senhor explicasse, ou reafirmasse como é feito o cadastro das emissoras, como é feito esse convênio para que a emissora possa ter acesso a essa programação da Rádio Agência.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADA SOARES - A rigor, a informação está colocada na *internet* e é livre para qualquer pessoas, inclusive pessoa física, para o cidadão interessado em baixar e ouvir a informação que está lá gravada. Ela não tem, necessariamente, que ter o cadastro. A grande vantagem do cadastro é aquele princípio que colocamos no início da palestra de termos a informação da ponta, de sabermos quem é que está usando o nosso material lá na ponta.

Nós temos inclusive a certeza, tem esse sentimento de que muito mais pessoas utilizam esse material e não nos diz nada, o que já é ótimo. A função está garantida. As pessoas utilizam, ouvem e se informam. Esse que é o objetivo.

O cadastramento é uma mera formalidade para que nós, lá no Senado, lá na Rádio Agência tenhamos a possibilidade de saber quem é que usa esse nosso material lá na ponta: quantas pessoas, qual é a população que atingimos, o perfil das rádios. Então, solicitamos várias informações como a audiência, a potência radiada, a frequência, a licença da rádio. Não significa também que as famosas rádios piratas também não possam utilizar. É claro que nós somos uma Casa legislativa e não vamos compactuar com uma emissora que não esteja legalizada, que esteja fora da lei. Claro que não vamos compactuar com isso. Mas não podemos impedir que ela venha utilizar o material, sem sombra de dúvida.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, o maior benefício do cadastramento, além desse relacionamento estreito que temos com as emissoras, o que possibilita até que oferecemos um pouco mais além de dar a simples notícia, como é o caso dos programas culturais, é permitir essa interação entre o Senado e a emissora. E as emissoras, inclusive, se sentem muito valorizadas ao dizer que são conveniadas a Rádio Senado.

O SR. JOSÉ PORTO - Temos uma pergunta da platéia.

O SR. CARLITO CRUZ - Meu nome é Carlito Cruz. Sou da Assessoria de Relações Públicas da FEMAB, Federação Mato-grossense das Associações dos Moradores. Nós administramos 142 municípios de Mato Grosso e a nossa preocupação é com a Rádio Comunitária.

Vimos que a Rádio Senado foi rápida para se implantar, enquanto existe uma burocracia nos nossos municípios de Mato Grosso para implantar uma rádio que, hoje, a Câmara Municipal de Cuiabá, na minha opinião, não só a de Cuiabá como a de todos os municípios do Estado de Mato Grosso poderiam ser intercâmbio, parceiras, junto, porque a comunidade quer ouvir, quer sentir, o eleitor quer ouvir a voz do Parlamentar em todo segmento. Hoje, Cuiabá tem a Câmara Municipal através da TV, com a parceria junto com a Assembléia Legislativa que acompanhamos dia-a-dia. Por que não uma rádio também? Porque nem todos ouvem o horário das 18:00 horas. É difícil! Quando chega às 18:00horas queremos saber se escutamos o Parlamentar em Brasília ou se vemos o do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOSÉ PORTO - Obrigado pela pergunta, Carlito.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - São duas perguntas, na realidade, sobre a questão da política, da concessão de rádio, e da também da interligação das emissoras.

O problema da concessão de rádios é um problema da nossa burocracia governamental que infelizmente... Inclusive eu nem sei quanto tempo levou a tramitação da Rádio Senado. Eu sei que ao se pleitear uma outorga de uma emissora, você dá entrada num processo no Ministério das Comunicações. Tem que haver inclusive um pronunciamento do Congresso Nacional. Tramita na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Comissões respectivas, em plenário, inclusive, das duas Casas, antes de ser concedida uma outorga ou uma licença de emissora de rádio.

Com relação às rádios comunitárias, eu diria o seguinte: realmente o processo parece-me que não é dos mais rápidos. Também não sei quais são os critérios que estão se usando, hoje, para julgar esses processos. E nós nem temos como acelerar nada disso, mesmo estando lá dentro de uma das Casas legislativas.

Outro dia, uma emissora ligou para mim falando assim: “olha, nós estamos com a nossa licença tramitando, mas queríamos transmitir aqui a festa da paróquia, será que você não pode liberar?” Eu falei: mas, eu não libero nada! Fui bem claro e falei: nós não temos autonomia de dizer que tudo bem, que pode funcionar durante a semana. Louco, se eu fizesse isso! Eu estaria colocando o meu pescoço gratuitamente na guilhotina. Não é por aí!

É claro que as associações de classe das emissoras - no caso aqui, não sei qual é a associação das emissoras aqui de Mato Grosso, mas sei que existia a ABERT, que era uma associação das emissoras de Mato Grosso, não sei se ela existe mais -, têm que se mobilizar no sentido de correr atrás dessa burocracia para tentar frear isso. Claro que existem critérios que são colocados, existem restrições técnicas seriíssimas na implantação de emissoras, porque há uma semana nós ministrávamos um curso para o nosso pessoal técnico lá dentro do ILB, lá em Brasília, quando fizeram uma pergunta: “por que você tem que usar essa, essa e essa frequência dentro de uma cidade?” Eu falei: existem critérios técnicos para definir os canais de utilização dentro de uma cidade, que levam em conta a propagação, levam em conta quais são os rádios que estão dentro de um certo raio de alcance, para evitar que uma emissora interfira na outra. O problema das emissoras



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

piratas é um problema seriíssimo, porque a faixa de FM termina em 108 megahertz e é onde inicia uma faixa de comunicação e aproximação aeronáutica. Os aviões utilizam essa frequência para fazer a aproximação nos aeroportos. E a partir do momento em que uma rádio se instala sem levar em consideração esse conjunto de frequências de uma certa área geográfica, elas estão, automaticamente, criando frequências indesejáveis e que podem gerar interferência em cima de uma emissora ou de um transmissor de sinalização aeronáutica, podendo potencialmente provocar até um desastre aéreo de grandes proporções.

É claro que hoje em dia os equipamentos de aviação são extremamente sofisticados para se precaver de uma série de problemas dessa natureza, mas não fica totalmente descartado que uma emissora pirata possa provocar um acidente aéreo. Então, vejam que o problema é muito sério, não é uma questão até de picuinha governamental, não é isso. Existem razões técnicas, físicas para que essas coisas tenham que obedecer a um certo ritual.

Lá na Rádio Senado, infelizmente, nós não temos como inserir junto ao Ministério das Comunicações, para que essas coisas se acelerem. Bem que nós gostaríamos, é claro, que todo mundo ficasse contente e satisfeito.

O SR. JOSÉ PORTO - Só lembrando, não tenho certeza da data, mas nós podemos confirmar isso. O próprio INTERLEGIS vai promover uma videoconferência que vai ser uma preparação para a conferência nacional que acontecerá em novembro, justamente para discutir essa questão da regulamentação ou da formulação de uma política das emissoras de rádio e televisão comunitária. Essa discussão está acontecendo e a Assembléia vai realizar aqui uma videoconferência, inclusive aberta à participação de pessoas da comunidade e veículos que estejam interessados em participar. Nós vamos confirmar a data certinha para passar para vocês.

Marta, com relação ao trabalho de divulgação, hoje, do Parlamento de São Paulo, quer dizer, a *internet* é uma grande ferramenta para vocês. Agora, tem o *Clipping Diário* que vocês fazem que seria o *feedback* do que vocês divulgam hoje. Esse controle é primordial, chega a ter grande diferença no que vocês fazem, de reações a notícias na Casa, como é que vocês avaliam?

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Olha, Porto, eu pessoalmente entendo como complicada a relação imprensa legislativa. Eu acho que é importante nós divulgarmos, é válido, é fundamental, mas para a imprensa se interessar numa notícia sobre o Legislativo não é muito fácil. Eu acho que as assessorias padecem um pouco. Não é muito fácil.

Eu acho que a própria característica do trabalho, talvez a distância, eu acho que o Executivo e o Legislativo são um pouco distante. Eu acho que esse *feedback* ficou complicado por isso, porque não tem muita notícia.

O SR. JOSÉ PORTO - Quer dizer, hoje, esses canais de divulgação, de informação, são fundamentais até para levar para a comunidade e ela discutir mais esses fatores todos...

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Eu acho que sim, porque tem muita coisa importante, muita coisa boa mesmo para ser divulgada, isso é uma questão de melhorar essa relação imprensa legislativa, não sei como.

O SR. JOSÉ PORTO - Mais alguma pergunta? Então, eu deixo o espaço aberto para o Antônio Quezado e também para a Marta Rangel para fazerem as considerações finais sobre esses temas tão importantes, que são as Agências de Notícias, os Parlamentos, a experiência da Rádio Agência do Senado também, todas as experiências de trabalho da Assembléia Legislativa de São Paulo, para nós encerrarmos essa nossa discussão hoje aqui, que é justamente a divulgação de tudo que acontece nos Legislativos.

O SR. CARLOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES - Esta é a segunda vez que eu tenho a oportunidade de participar de um evento do INTERLEGIS e se eu não me engano é a quarta

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

vez que a Rádio Senado tem a oportunidade de participar de um evento dessa natureza. Eu acho, inclusive, que há uma intimidade muito grande entre os propósitos do INTERLEGIS a partir do momento que busca a divulgação, a inclusão digital. Há uma intimidade muito grande entre os propósitos do INTERLEGIS e os propósitos da Rádio Agência. Ambas as entidades utilizam o mesmo meio de divulgação principalmente, que é a rede mundial de computadores, a *internet*. Obviamente, o objetivo principal é levar cidadania a todas as pessoas, colocar as pessoas em condições de terem conhecimento do que acontece no País como um todo e, principalmente, dentro das Casas Legislativas que é onde se origina todo processo.

Então, eu fico muito satisfeito por esta oportunidade. Espero que haja outras oportunidades aí para mostrar, discutir e apresentar o resultado desse trabalho.

Quero agradecer ao INTERLEGIS pela oportunidade, principalmente também aqui a nossa anfitriã, que é a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ao nosso mediador, o jornalista José Porto, que tão brilhantemente fez a mediação da palestra, e a minha colega Marta, que também trouxe uma outra face da moeda que é o lado da imprensa escrita. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. JOSÉ PORTO - Marta, as suas considerações.

A SR<sup>a</sup> MARTA REGINA RANGEL NEVES - Bom, da mesma forma, José Porto, quero agradecer ao INTERLEGIS, à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e dizer que foi muito importante participar deste encontro. Eu aprendi muita coisa. Achei que foi muito bom mesmo. Enfim, eu quero agradecer. Eu acho que eu já falei o que eu tinha que falar. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. JOSÉ PORTO - A Assembléia Legislativa agradece a presença do Sr. Carlos Antônio Quezado Soares, Coordenador do Núcleo da Rádio Agência do Senado Federal. Obrigado pela presença, pelas informações. E também da Marta Rangel, que é Diretora da Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Vocês puderam conhecer como são feitos esses trabalhos. Ficam todas essas informações para quem quiser saber mais sobre o trabalho das Agências de Notícias hoje, que se preocupam e fazem a divulgação de tudo o que acontece no Legislativo, tanto do Senado como do Parlamento Estadual de São Paulo, que tem muita experiência, com certeza, com os demais Parlamentos dos outros Estados.

Obrigado pela atenção e pela presença de vocês (PALMAS).

O SR. NARRADOR (EDSON PIRES) - Nós queremos informar que este evento está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil pela TV Assembléia de Mato Grosso e via sistema videoconferência do INTERLEGIS.

Nós queremos informar que de 13 a 15 de novembro estará acontecendo a primeira Conferência Nacional de Radiodifusão Comunitária, que será transmitida ao vivo, através de videoconferência, pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Senhoras e senhores, nós queremos convidar as autoridades para comporem a Mesa da palestra: “Visão de Futuro do Programa INTERLEGIS”.

Convidamos o Sr. Marcelo Rebelo, assessor de imprensa INTERLEGIS, para compor a Mesa, que atuará como moderador.

Convidamos, também, o Sr. André Ferrari, Chefe da Assessoria Técnica do Programa INTERLEGIS, nosso palestrante.

Minicurriculo:

André Ferrari trilhou parte de sua carreira na iniciativa privada, especialmente em empresas de telecomunicações.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

No Senado Federal foi Gerente de Contas de Gabinetes Senatoriais, Diretor-Adjunto da Secretaria de Atendimento Senatorial e, atualmente, ocupa a posição de Chefe da Assessoria Técnica do Programa INTERLEGIS.

Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista, com MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Gestão de Negócios pela Central *Queensland University* - Austrália.

André Ferrari busca o constante desenvolvimento do Legislativo em todas as suas dimensões.

Informamos que, concluída a exposição, o palestrante estará disponível para responder as perguntas ao público presente.

Senhoras e senhores, passamos a palavra ao Sr. Marcelo Rebelo, Assessor de Imprensa INTERLEGIS, que coordena os trabalhos.

O SR. MARCELO REBELO - Boa-tarde a todos. Gostaria agora de passar a palavra ao nosso palestrante André Ferrari.

O SR. ANDRÉ FERRARI - Primeiramente, gostaria de agradecer a vocês, aos resistentes, aqueles que resistiram até o final.

Gostaria de dizer que, na verdade, não há democracia sem resistência. Não é verdade? Nós saímos de um período de ditadura e entramos num período de democracia porque houve a resistência dos ideais democráticos.

Então, a todos vocês, obrigado. Nem autoridades têm mais. Até o meu amigo Marcelo virou autoridade aqui da mesa. Não é, Marcelo? Então, obrigado a todos vocês por estarem aqui para fecharmos esses dois dias de debates.

Eu queria, antes de mais nada, dizer que é uma honra muito grande estar aqui presente com vocês. É a primeira vez que venho a Cuiabá, é a primeira vez que venho aqui no Estado, na verdade.

Na verdade, Mato Grosso é um Estado que sempre esteve na vanguarda do processo legislativo; é um Estado que sempre teve a visão do que representava o INTERLEGIS; e a Assembléia Legislativa de Mato Grosso sempre comprou de imediato todas as informações, todas as idéias que vinham do programa INTERLEGIS, sempre com sua visão de vanguarda. É importante estar dizendo isso.

Parabéns a vocês aqui da Assembléia Legislativa, parabéns a vocês dos municípios da região, pela dedicação, pelo entusiasmo com que recebem as informações do INTERLEGIS.

Eu queria começar com a palestra dizendo que procurei uma série de fundos para projetar para os senhores - nós temos dezenas de fundos para projetar lá em Brasília - e achei esse fundo o que mais se aproxima do nosso objetivo. É um horizonte e o horizonte, para alguns, representa o objetivo, para outros, representa uma meta e para os mais românticos, como eu, representa um sonho. É isso o que o horizonte representa, sonhos a serem alcançados, a serem cumpridos. E o INTERLEGIS é isso também, é um sonho, um sonho que já se torna realidade, que já se tornou realidade e é isso que representa esse fundo de tela, o INTERLEGIS.

Mas não existe sonho que se torne realidade sem ação. É preciso agir. Para agir, precisa-se de uma estratégia. E a estratégia está no centro de todos esse conceitos.

O INTERLEGIS é formado por - os senhores conhecem bem - uma tríade de elementos: tecnologia, comunicação e educação, e essa tríade de elementos é que faz todas as ações que conhecemos. Todas as ações que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso conhece tão bem. Na verdade, o processo legislativo aqui em Mato Grosso se realiza e está se realizando de forma completa, definitiva, exemplar através dessa tríade: tecnologia, comunicação e educação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Mas quero dizer a vocês o seguinte: não existe forma, como esse conjunto de elementos se complete, sem que no centro disso tudo haja a estratégia. Sem que no centro disso tudo haja alguém com uma visão, com uma capacidade de prospectar o futuro, de delinear todas essas ações na área de tecnologia, na área de comunicação, de educação. Delinear isso num todo, completo, para que isso seja o sustentáculo para que alcancemos os nossos objetivos, nossos sonhos e as nossas metas - e são muitas metas.

Quero dizer a vocês o seguinte: no INTERLEGIS existe estratégia, que é significado, é sinônimo de ATI.

O SR. MARCELO REBELO - Que sigla é essa?

O SR. ANDRÉ FERRARI - Essa sigla significa: Assessoria Técnica do Programa INTERLEGIS, que é a área que eu coordeno, que é uma área que ficou desativada durante muito tempo e que o nosso diretor executivo, Dr. Victor, teve a visão, na sua experiência, na sua capacidade de liderança, teve a visão, e reativou essa Assessoria Técnica do Programa INTERLEGIS, e é isso que a ATI representa lá dentro: Área de visão no futuro do INTERLEGIS.

A Assessoria Técnica é responsável por: apoiar a diretoria executiva. Ela assessora a diretoria executiva na tomada de decisão. A diretoria executiva precisa, sim, de um apoio, as pressões são muito fortes. As pressões políticas são muito fortes, as pressões técnicas são muito fortes. Então, a diretoria executiva precisa de um apoio, e é isso que a assessoria técnica faz, ela assessora essa diretoria executiva, ajuda a diretoria executiva a tomar decisões; ela define também estratégias por cumprimento de metas; elabora plano de ação; promove a integração de atividades, todas as atividades que temos. Se cada um for por um lado, aí realmente vira aquilo que conhecemos como Torre de Babel. Então, ela promove integração das atividades, planeja parcerias. Temos uma série de parcerias com organismos não governamentais, com bancos oficiais, etc, e prepara também aquilo que é mais importante no planejamento financeiro para que consigamos executar essas metas e alcançar esses sonhos, esses objetivos. É isso o que a assessoria faz.

E, quando nós chegamos na INTERLEGIS, quando a ATI - Assessoria Técnica do INTERLEGIS se formou, nós, juntos com a Diretoria Executiva, pensamos: o que falta? O que falta a um Programa que já tem uma tecnologia de primeira linha, que utiliza tecnologia para fomentar a modernização do Legislativo? O que falta a um Programa que já tem uma comunicação avançada, que promove realmente a integração? O que falta a um Programa que possui uma área de educação que usa a educação na sua essência mais avançada, que é a Educação a Distância? O que falta? O que falta?

Então, nós descobrimos o que falta. Esse quebra-cabeça, onde nós temos tecnologia da informação, educação, comunicação, o que falta é plano estratégico para inserir informação. Mas, não é a informação seca, aquela informação que desce na goela secamente, é a informação que promove o desenvolvimento sustentável, são projetos de informação que levem ao desenvolvimento sustentável do Legislativo. Aí sim, nós tivemos esse quebra-cabeça formado, completo, para então definirmos uma organização legislativa forte. Era isso o que faltava.

Aí começamos a nos perguntar: como é que a informação funciona na consolidação do futuro nesse caso específico? Que tipo de informação produzir? Como produzir essa informação e como levar essa informação até as pontas, até os municípios? Esse era o desafio. Esse era o desafio que vínhamos enfrentando, no momento, dentro da assessoria técnica. Chegamos à seguinte conclusão: a informação que é necessária vem em forma de pesquisas científicas. São essas pesquisas que vão promover a representatividade do Legislativo, são essas pesquisas que vão aumentar a credibilidade do Legislativo, a legitimidade do Legislativo brasileiro.

Na verdade, o Legislativo nunca foi estudado de forma científica, nunca! Sempre se falou em achismo: "EU ACHO isso, EU ACHO aquilo, EU ACHO que nós devemos ir nessa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

direção, EU ACHO que nós devemos ir naquela direção...” Mas, na verdade, nunca se fez um estudo científico com embasamentos teóricos para se entender o Legislativo. E era o ponto, a chave que faltava para nós fecharmos esse programa INTERLEGIS com chave de ouro.

Então, eu vou passar, rapidamente, em cima de algumas pesquisas que nós estamos realizando e dizer para vocês quais são os objetivos dessas pesquisas e como elas geram desenvolvimento sustentável, como elas proporcionam credibilidade para o Legislativo e como elas, enfim, consolidam o futuro do Programa INTERLEGIS. A primeira pesquisa que nós temos é essa pesquisa chamada de legislação básica para municípios.

Vou falar de alguns pontos, de fatos que levaram a criação dessa pesquisa. É interessante!

Nós saímos de Brasília e visitamos alguns municípios. Percebemos muitos Vereadores, muitos legisladores reclamando que não havia verbas suficientes. Nós ouvimos muito isso, que não havia verbas para se trabalhar de forma digna, ou que não havia verbas para fazer tudo aquilo que eles desejavam. Muitos legisladores falavam disso. Mas é verdade que por outro lado existem muitos bancos oficiais, muitos organismos internacionais que têm, sim, dinheiro, que tem, sim, verbas para serem disponibilizados recursos financeiros ao Legislativo.

Então, fica aquele paradoxo. De um lado os legisladores dizendo que não há recursos e de outro lado existe esse recurso, porém esses municípios não sabem como atingi-los, como chegar neles. Muitas vezes, esses municípios não têm nem estrutura básica, legislação básica para captarem esses recursos. É isso o que acontece. Existem, hoje no Brasil, por exemplo - eu estava olhando, anteontem -, trinta e cinco municípios brasileiros que não têm lei orgânica; que não têm sua cartilha básica de administração do município. Quer dizer, como é que um município desse vai conseguir obter recurso de um organismo internacional? Não é verdade?

Então, essa pesquisa vai resolver um desses problemas.

Existem alguns outros problemas: a baixa qualidade das leis. Os municípios têm a tendência de trabalhar com leis que normalmente vêm do Executivo, que são imposições do Executivo. Alguns municípios tem carência de recursos técnicos. Mas isso é verdade, às vezes, temos dificuldade, o município tem a dificuldade de ter um especialista em elaboração legislativa. O município tem dificuldade em ter um especialista que elabore um plano diretor de gestão ambiental. Isso acontece! Então, existe essa deficiência de recursos técnicos. Tudo isso causa um enfraquecimento do Legislativo brasileiro.

Se há carências de recursos técnicos, se há recursos financeiros ociosos nos organismos internacionais, se a qualidade das leis municipais deixa a desejar, essa pesquisa de legislação básica para os municípios vai, sim, resolver todos esses problemas. Isso já é passado e é nisso que nós estamos trabalhando lá em Brasília, na sede do INTERLEGIS, para que consigamos eliminar, até o final do ano, todos esses problemas, não em todos os municípios, mas propor já uma solução.

O objetivo dessa pesquisa é exatamente isso: diagnosticar carências e propor soluções para que os municípios disponham de legislação para promover o desenvolvimento social, político e econômico. A idéia é achar um modelo, claro, flexível, um modelo que possa servir para todos os municípios brasileiros. Daqueles municípios que têm dificuldades em elaboração legislativa, esse modelo vai suprir as carências. Para aqueles municípios que têm dificuldades em questões educacionais, em questões na área de tributação, segurança, saúde, ciclo orçamentário - são muitas as dificuldades dos municípios na área de segurança, saúde, ciclo orçamentário, estruturação de poderes - nós estamos fazendo um macro de referência, que já está quase pronto, e que vai servir de molde para que todos os municípios brasileiros possam aplicar esse macro e resolver seus

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

problemas nessas áreas. Isso é interessantíssimo! Isso é algo novo, algo que nunca foi ousado, algo que nunca foi tentado talvez em lugar nenhum do mundo.

Mas aí, o que acontece? Alguns municípios têm problemas específicos; alguns municípios têm problemas culturais. E você tem que ir àquele município para entender a sua realidade para poder resolver um problema que tenha, por exemplo, na área de tributação, para resolver um problema que o município tenha, por exemplo, na área de saúde. Você tem que ir lá.

Então, nós estamos preparando o segundo ciclo desse projeto de legislação básica. Nesse segundo ciclo, nós vamos ter uma consultoria *in loco*. O que é isso? Uma consultoria que vá até o seu município. Nós vamos enviar ao seu município o melhor especialista que temos, por exemplo, na área de educação, para resolver o problema específico do seu município na área de educação; o melhor especialista na área de segurança; o melhor especialista na área de saúde, se o problema do seu município for esse. Esse especialista passará lá dois, três dias, uma semana, para resolver junto com o vereador, junto com o legislador, junto com os assessores, o problema específico daquele município. Essa é a segunda fase desse projeto, que deveremos começar no ano que vem, ou seja, ir ao município para resolvermos *in loco* o seu problema.

Eu queria falar, também, da pesquisa de avaliação de impacto do Programa INTERLEGIS. Isso tudo faz parte desse projeto do que falei para vocês, que o Legislativo nunca foi estudado de forma científica.

A pesquisa de avaliação do impacto do programa INTERLEGIS é exatamente isso. É auto-explicativo esse nome. Nós precisamos entender quais são os impactos das ações dos planos que estamos realizando, quais as conseqüências, como é que o Legislativo brasileiro tem-se transformado e como podemos melhorar isso. Essa pesquisa nos trará informações para que possamos retroalimentar o programa. O que é retroalimentar? É pegar essas informações e produzir novos projetos, novas atividades, para que possamos, então, beneficiar o Legislativo novamente, fortalecer novamente esse Legislativo, dar mais credibilidade, legitimidade.

Pesquisa de dimensão. Até hoje eu não decorei. São tantas pesquisas que até hoje eu não decorei os nomes das pesquisas. Os nomes são enormes.

Dimensões de poder na relação dos vereadores. Essa pesquisa também é muito interessante, porque não se sabe quais são as relações de poder entre o Legislativo Municipal, o Legislativo Estadual e o Legislativo Federal. Como essas relações acontecem? Quais são as dificuldades, por exemplo, que os vereadores tem para se relacionar com o Legislativo, com os Deputados Estaduais? Como é que essa relação acontece? Então, nós precisamos estreitar essas relações, para quê? Para promover uma das metas do INTERLEGIS, que é a integração. Então, nós precisamos entender como acontecem as dimensões, como acontecem essas interações de poder entre as esferas do Legislativo.

Pesquisa, mecanismo de acompanhamento e controle das câmaras municipais sobre execução orçamentária. Vocês sabem muito bem que uma das funções mais nobres do Legislativo é o controle, é, na verdade, a fiscalização, principalmente a fiscalização da execução orçamentária. Quais são os mecanismos que o Legislativo usa para fazer esse controle orçamentário? Quais são os métodos? Quais são as formas? É isso que essa pesquisa visa: propor novas soluções que o legislador possa fazer cumprir a sua missão mais nobre, que é a de acompanhar a execução orçamentária.

Bibliografia de Legislação Ambiental. Esse é um tema relevante, é um tema que está em voga há muito tempo. Existem legisladores muito, muito conscientes, muito preocupados com a questão do meio ambiente. E é para isso que estamos fazendo essa pesquisa. Essa pesquisa está pronta, ela tem quatrocentas e tantas páginas, e nós vamos produzir um livro. E esse livro vai ser a bíblia do legislador que tem consciência com o meio ambiente, aquele legislador que quer atuar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

na sua cidade, na sua localidade, utilizando-se de projetos que visam ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade.

O resultado dessa pesquisa vai ser, sim, a bíblia desse legislador, e nós vamos disponibilizar isso para todo Legislativo brasileiro.

Pesquisar a história do Legislativo brasileiro. Esse é outro tema nosso. Eu quero aproveitar - eu trouxe até um presentinho para os resistentes - para sortear este livro aqui, já que estamos falando de história, um livro chamado *Conselho aos Governantes*, que eu trouxe do Senado, um dos *best sellers* lá do Senado - bem pesadinho, essa foi a primeira vez que paguei excesso de bagagem.

Por acaso alguém se lembra daquele quebra-cabeça inicial, qual a parte que faltava? Nós tínhamos lá tecnologia, tínhamos comunicação, mas faltava uma parte...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE RESPONDE DA PLATÉIA: “Informação.”)

O SR. ANDRÉ FERRARI - Informação. Ganhou o livro.

Era isso o que faltava, informação.

João, amanhã tem a sabatina, decore de hoje para amanhã.

Esse é um dos *best sellers*, tem uma série de pensamentos filosóficos e políticos de vários pensadores que hoje traduzem o que é o pensamento político brasileiro. Nós temos aí D. Pedro II, Sócrates, Massao e uma série de outros pensadores.

Parabéns, João!

Enfim, essa história, essa pesquisa, a história do legislativo também é algo ousado, algo que nunca foi feito, algo que nunca foi realizado, e o objetivo é exatamente o de resgatar as origens do Parlamento. Essa pesquisa vai dar origem a cinco volumes, não tão grossos quanto esse do João, mas cinco volumes, que é a história do Congresso Nacional, a história da Câmara, a história do Senado, a história das Assembleias Legislativas. Uma pesquisa bastante ousada, que devemos iniciar a publicação no final do ano.

O projeto da imagem pública do Parlamento, para finalizar a palestra, é um projeto grande, que tem uma série de pesquisas internas, que, na verdade, busca um entendimento, que também nunca foi feito, como já disse antes, um entendimento sobre a imagem do Parlamento, sobre o funcionamento e a composição do Parlamento brasileiro.

Como é que a mídia apresenta isso e como as pessoas recebem essa imagem criada pela mídia? Isso nunca foi estudado. Isso nunca foi feito. E essa pesquisa, com certeza, o fruto dessa pesquisa vai ser utilizado em campanhas políticas, não nessa agora, mas nas próximas, porque nunca se estudou como a mídia transforma a imagem do Parlamento.

Queria então terminar a palestra da mesma forma que comecei. Um horizonte que representa as nossas metas, os nossos objetivos, os nossos sonhos, os sonhos do INTERLEGIS. Dizer para vocês que o horizonte é aquela coisa que você pensa num sonho, pensa numa meta e você caminha até lá e quando alcança essa meta, você deslumbra um novo horizonte. Não é verdade?

O INTERLEGIS é um sonho que se tornou realidade, que está presente nas veias das pessoas. O INTERLEGIS é um parceiro, hoje, na verdade, do Legislativo presente.

Obrigado a vocês, gente, pelo entusiasmo, pela força, pela alegria, pela euforia. Obrigado a vocês por acreditarem, é um Legislativo forte. Obrigado a vocês por acreditarem que é um Legislativo dinâmico. Obrigado a vocês por acreditarem, é um Legislativo moderno. Obrigado a vocês resistentes por acreditarem que a democracia participativa chegou e todos vocês, todos nós, a comunidade virtual do Poder Legislativo faz, sim, parte disso, corrobora para que atinjamos essa democracia participativa com que todos nós sonhamos. Obrigado. (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. MARCELO REBELO - Eu gostaria de agora, abrir o espaço, para as considerações dos participantes para perguntas. Quem quiser fazer a pergunta pode se dirigir ao púlpito.

O SR. CARLITO CRUZ - Sou Carlito Cruz, da Assessoria de Relação Pública da FEMAB - Federação Mato-grossense das Associações de Moradores e administramos 142 municípios.

É muito importante a sua fala, gostei muito...

O SR. ANDRÉ FERRARI - Obrigado, Sr. Carlito Cruz.

O SR. CARLITO CRUZ - ... Como representante, como liderança de bairro, de município - quando o senhor falou em Orçamento Participativo, nós participamos, somos fundadores do Orçamento Participativo 2003 e 2004. Só que aqui em Cuiabá, quando foi escolhido por pólo os delegados e, através dos delegados, eu fui eleito dentro da região, fomos discutir com todo segmento do Conselho Municipal do Orçamento Participativo. E cada segmento levou duas obras para serem construídas em cada bairro da região Sul, Norte, Leste e Oeste. E o que acontece? Você leva a proposta do projeto para que naquele bairro X seja feita a pavimentação asfáltica ou então a rede de esgoto, uma obra grande, só que a verba, realmente, na região Sul, que era para ser de hum milhão e duzentos e cinquenta reais, não saiu do papel. E nós, como delegados, como Conselheiro do Orçamento Participativo, já estamos discutindo o Orçamento 2005. Se não saiu do papel o Orçamento 2003, não saiu do papel o Orçamento 2004, vamos discutir o Orçamento 2005?... Se existe o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que é a Câmara Municipal, o segmento do movimento social e outras entidades... E quando se vai discutir hoje, dentro de um segmento qualquer ou qualquer local, você não consegue, porque a comunidade já não acredita mais, a comunidade quer ver a ação e essa ação é onde nós temos que cobrar dos nossos legisladores, tanto faz municipal, estadual e federal, para que possamos acreditar nos nossos Parlamentares, nos nossos políticos. Agora, na época de campanha aparece muita coisa boa, como o senhor acabou de falar.

E isso para mim, hoje, nesta segunda palestra que participo, em que estou aqui para aprender mais e aperfeiçoar mais e é com o conhecimento da base que aprendemos e estamos aqui para aprender. Eu sou seu aluno.

Em nome da comunidade aqui de Cuiabá, Mato Grosso, deixamos a nossa saudação comunitária.

O SR. MARCELO REBELO - Muito obrigado, nós do INTERLEGIS é que agradecemos. Muito obrigado Carlito, parabéns.

Mais alguma pergunta?

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Eu fiquei feliz de participar de todo esse crescimento do Legislativo, mais feliz ainda porque, em função da minha idade, acompanho este Brasil há muito tempo e sou especialista em problemas brasileiros.

Na realidade, a base de todo problema brasileiro é a educação. Não temos como sair disso aí, não é? Mas, eu pergunto: dos poderes, qual realmente você sente que é o mais importante?

O SR. ANDRÉ FERRARI - Como é o nome da senhora?

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Cléa.

O SR. ANDRÉ FERRARI - Sr<sup>a</sup> Cléa, a pergunta é extremamente pertinente e eu não tenho dúvida nenhuma em dizer que o poder mais importante, principalmente com relação à educação, é o municipal, Legislativo Municipal. Por quê? Porque é o Legislativo Municipal que está mais próximo da comunidade, mais próximo daquele que precisa de educação, no caso específico de educação; mais próximo daquele que anseia por uma escola para estudar, mais próximo daquele que espera seis meses por um livro e quando o livro chega já acabou o ano e ele não tem mais condições



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

de voltar para a escola; mais próximo daquele que vai para a escola se alimentar, não é verdade? Mais próximo daquele que vai a escola para se alimentar!

Isso é muito triste, você ir para a escola para se alimentar, para suprir a sua exigência básica, sobrevivência...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Concordo com você plenamente.

O SR. ANDRÉ FERRARI - Então, é por isso que eu acho que o Legislativo Municipal é, sem dúvida, aquele que está mais próximo e aquele que sente na carne, na pele, todos os problemas daquela região, daquela localidade...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Mas que não pode ser dominado pelo Executivo...

O SR. ANDRÉ FERRARI - Mas que não pode ser dominado pelo Executivo...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Ele é mais forte do que o Executivo!

O SR. ANDRÉ FERRARI - Exatamente.

A SR<sup>a</sup> CLÉA - De repente, nós colocamos neste País o Executivo acima do Legislativo. Isso não existe! Está lá para cumprir a ação do Legislativo!

O SR. ANDRÉ FERRARI - Perfeito, concordo totalmente.

O Executivo é, sim, imperativo, o Executivo sobrepuja o Legislativo...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Exatamente!

O SR. ANDRÉ FERRARI - Mas isso não é ruim, ele está fazendo a função dele, o Executivo tem que ser imperativo, nós é que devemos ser imperativos como o Executivo...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Exatamente, é isso que eu quero colocar para você...

O SR. ANDRÉ FERRARI - Não é isso? Nós é que devemos ser imperativos...

A SR<sup>a</sup> CLÉA - De repente nós nos sentimos, porque eu sou Vereador, o outro é Deputado Estadual, o outro Deputado Federal... Não é nada disso, eu sou cidadã.

Eu quero parabenizar aquele senhor que esteve aqui e que mostrou as dificuldades que ele sente.

O SR. ANDRÉ FERRARI - É.

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Então, nós precisamos instruir o cidadão para ele entender que o poder dele é além. E aí não precisamos cobrar, a ação será feita. Você concorda comigo?

O SR. ANDRÉ FERRARI - Concordo. Aplausos para você.

A SR<sup>a</sup> CLÉA - Muito obrigada (PALMAS).

O SR. MARCELO REBELO - Mais alguma pergunta?

O SR. ZALUIR - O meu nome é Zaluir, sou Consultor da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria de falar duas coisas: a primeira, dentro da exposição que você fez, eu acredito que uma visão do futuro deve ser rediscutirmos o nosso pacto federativo, uma vez que não há nenhuma dúvida, porque que nós temos uma república federativa monárquica, porque 64% do Orçamento Tributário Nacional fica na União, 23% mais ou menos no Estado e 14% no Município. Em todas as exposições que nós fizemos aqui demonstramos que o município onde a pessoa vive, onde a pessoa trabalha, onde a pessoa educa, o Vereador é que está perto do povo, só que é o município que fica com a menor parcela de recursos. Então, eu acho que seria interessante, dentro dessas pesquisas fazermos uma sugestão para rediscutir esse pacto para que pudéssemos, talvez, fazer uma inversão desses recursos aí, trazendo para o município a maior parte e proporcionalmente o inverso.

O SR. ANDRÉ FERRARI - Perfeito, Zaluir, é verdade, é importante mesmo essa discussão do pacto federativo, inclusive é um dos capítulos do documento final, da pesquisa final, que será apresentada ao final de outubro. Isso será divulgado para todo o Legislativo, a todos os legisladores. Há um capítulo que não está finalizado ainda. Temos técnicos que conhecem muito do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

assunto e que são quem estão fazendo esse capítulo. Eu estive conversando com eles há sete dias e eles vão propor algumas soluções para que o Legislativo Municipal passe a ter maior representatividade na questão de orçamento financeiro.

Obrigado. Foi bem colocada a sua pergunta.

O SR. ZALUIR - A segunda coisa é: Como nós estamos passando por um momento eleitoral e necessitamos, como a nossa colega disse, conscientizar o povo, eu quero dizer que tive o prazer de fazer um livro, chamado “Manual das Eleições”, dirigido ao cidadão, levando a ele as informações de como acontece o processo eleitoral.

Neste momento, eu estou fazendo a doação de alguns livros aos participantes - que não são muitos -, colaborando para que o povo brasileiro tenha consciência de como ele processa e vive as eleições.

Eu gostaria de parabenizar o INTERLEGIS por esse grande projeto que eu sinto que ele tem pela frente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. MARCELO REBELO - Mais alguma pergunta? Não.

Então, para as considerações finais, eu gostaria de chamar à Mesa o Sr. Diretor Executivo do Programa INTERLEGIS, Sr. Victor Guimarães Vieira; o Sr. Adriângelo Antunes, Coordenador da Escola do Legislativo de Mato Grosso.

Com a palavra, o Sr. Adriângelo Antunes.

O SR. ADRIÂNGELO BARROS ANTUNES - Senhoras e Senhores, boa-tarde!

Estamos encerrando um trabalho que tem, com certeza, para todos um grande significado, mas, especialmente, para a equipe da Escola do Legislativo e da Secretaria de Informática, tem um significado ainda maior. Isso, além de tudo, para nós é a concretização de um sonho. Quando estávamos na Secretaria de Imprensa a Escola havia no papel. E, naquela época, começamos a fazer alguns cursos, algumas palestras e treinamentos.

Nesta Mesa Diretora, fomos convidados pelos Deputados Riva e Silval Barbosa a começarmos o processo de construção da escola em cima de uma cultura da Casa antiga, buscando novos elementos para o crescimento, não só da Casa, mas de todos, não só no lado profissional de cada servidor, mas no lado humano também de cada pessoa.

Nós sentimos que o servidor da Casa não tinha uma certa visão de futuro, ele achava que da forma que estava ia permanecer para sempre em sua vida funcional. Nós sabemos que o crescimento pessoal opcional se faz através do conhecimento, do profissionalismo, da competência.

Então, temos que sempre buscar a competência. E onde buscamos a competência? Nós buscamos através de quem sabe, de quem detém o conhecimento, de quem já está lá na frente.

Então, além de buscarmos a nossa própria formulação, o nosso próprio método, nós tínhamos que buscar propostas mais avançadas, experiências desenvolvidas mais à frente. E que lugar melhor do que o Congresso Nacional, que o Senado, que o INTERLEGIS?

Então, cada vez que temos contato com o INTERLEGIS, cada vez que temos contato com esse grupo de pessoas, do ILB, do CENFOR, nós ganhamos demais, crescemos demais enquanto profissional, enquanto pessoa humana.

Então, isso nos satisfaz e nos dá mais forças para continuarmos nesse trabalho.

Sempre temos certeza de que encontraremos resistência em diversos campos. Cada vez que conseguimos dar um passo à frente, um passo à diante, essa vontade cresce ainda mais.

Nós temos certeza de que com a presença de cada um aqui, esse movimento cresce, fortalece mais, nos dá mais força, mais espaço, mais diálogo com a Mesa Diretora e mais lição para que esse trabalho possa avançar.

Então, é do fundo do coração que agradeço a cada um de vocês.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Isso que aconteceu aqui, nesses dois dias, para nós significou muito - vocês podem ter certeza disso.

Que cada um que vai para o seu município leve essa mensagem: o caminho é esse. Vamos dar os braços, as mãos, vamos lutar pelo conhecimento, vamos lutar pela integração, pelo Legislativo e pelo fortalecimento do Legislativo, que todos ganham com isso, ganha o servidor, ganha a Casa, ganha a sociedade.

Dr. Victor, mais uma vez, em seu nome, agradeço a todos. O meu muito obrigado.

Conto com os senhores para podermos ir cada vez mais longe com o nosso trabalho, que é para o bem de todos.

A todos, o meu muito obrigado (PALMAS).

O SR. VICTOR GUIMARÃES VIEIRA - Boa-tarde a todos.

Vou procurar ser o mais breve possível, porque imagino que todos já estejam cansados, um dia intenso, de muita informação.

Vou começar de trás para frente. Vou aproveitar o gancho do Adriângelo, quando agradece o INTERLEGIS pelo apoio, pela participação. Eu devolvo a ele, dizendo que o que o INTERLEGIS precisa para crescer e ir cada vez mais longe é a participação das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, trabalhando em prol daquilo que o INTERLEGIS tem para oferecer. Usando tudo o que temos para oferecer e demandando as novas necessidades, vamos conseguir ganhar força e, cada vez mais, melhorar o processo da administração legislativa.

O envolvimento dos senhores é vital para o sucesso do INTERLEGIS. Então, eu coloco o INTERLEGIS aqui como um serviço que foi construído e elaborado para os senhores e só os senhores podem nos dizer o que precisamos fazer.

Então, quando você agradece a minha participação, a participação do INTERLEGIS, eu é que tenho que agradecer, pelo empenho da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pela forma como conduziu esse evento, pela forma com envolveu todos esses participantes no I Encontro de Integração Legislativa.

Esse é o objetivo do INTERLEGIS, mas ele precisa que os senhores se envolvam. É só com vocês se envolvendo que vamos conseguir o sucesso esperado. Está nas mãos de vocês o crescimento. Está nas mãos dos servidores, dos Parlamentares, o sucesso desse projeto.

O INTERLEGIS foi concebido com o intuito de modernizar e integrar o Poder Legislativo, oferecendo condições de trabalho, capacitação, informação. E isso estamos conseguindo fazer, mas é preciso o envolvimento.

Então, eu vou deixar aqui bem frisado isso, porque nós, do INTERLEGIS, precisamos e dependemos das Câmaras Municipais e das Assembléias Legislativas para que possamos cada vez mais oferecer a vocês. Este é o recado que queria deixar ao final da minha fala, mas eu inverti em função do agradecimento do Adriângelo.

Vou passar agora a fazer alguns agradecimentos que são muito especiais, em função do envolvimento dessas pessoas no sucesso deste evento: à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, representada pelo Deputado Humberto Bosaipo, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Riva; à Escola do Legislativo de Mato Grosso, representada pelo Adriângelo Antunes; ao Cerimonial da Assembléia Legislativa, representado pela Mara Ferraz; a Dona Nadir, Secretária dos Serviços Legislativos; às taquígrafas que estão escondidas ali atrás, mas registrando tudo que está acontecendo; à Secretaria de Imprensa da Assembléia Legislativa, representada pelo Ramon Monteagudo; à TV Assembléia, representada pelo André Michel; ao Mestre de Cerimônia que esteve sempre presente, Sr. Edson Pires; à segurança da Assembléia Legislativa, representada pelo Major Macedo; aos palestrantes que enriqueceram este evento: Carlos Alberto, da Câmara dos Deputados; professor Marcos Vieira, servidor também do Senado Federal; Carlos Antônio Quezado

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Soares, da Rádio Senado; Marta Regina Rangel Neves, da Assembléia de São Paulo; Antonilson da Silva Moura, representante do INTERLEGIS de Rondônia; Humberto Bosaipo Sobrinho, representante do INTERLEGIS de Mato Grosso; André Ferrari, parceiro do INTERLEGIS.

Agradeço a presença de todos os colegas, de vocês.

Também gostaria de agradecer a participação, que por motivo de viagem já teve que sair, do Dr. Florian Augusto C. Madruga, que é um parceiro, um colega lá do Senado Federal, Diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Presidente da ABEL, do qual nós precisamos muito, do qual o INTERLEGIS tem procurado cada vez mais, e ele também, uma parceria cada vez mais integrada.

E, quero agradecer a equipe do INTERLEGIS, não só a equipe que está aqui presente em Mato Grosso, mas como a equipe de lá, que está nos dando esse suporte para poder o evento ter o sucesso que teve.

Tenho um agradecimento especial ao Dr. José Navia, que eu tive o prazer de conhecer a partir do momento que eu assumi a Diretoria do INTERLEGIS, além de ser um grande parceiro, tem me ajudado muito nas minhas funções de Diretor Executivo. Então, eu tenho muito a agradecer também.

Quero agradecer os representantes das Câmaras Municipais que estão presentes. Àqueles que não puderam ficar até o final fica registrado o meu agradecimento.

Quero aproveitar e lembrar de mais uma coisa aqui que eu acabei não falando no início, Sr. Adriângelo, que é a importância das Assembléias Legislativas na divulgação do nosso treinamento básico INTERLEGIS. Isso para mim é um dos pontos mais importantes do Programa hoje, porque existe uma certa dificuldade em função da dimensão do país de se ir a todos os lugares. Então, a Assembléia Legislativa precisa de alguma forma assumir parte desse compromisso, levando o treinamento básico INTERLEGIS até os municípios, representados pelo representante INTERLEGIS, que é uma pessoa que o INTERLEGIS está mais próxima, que é uma pessoa que o INTERLEGIS investe mais pontualmente, levando até Brasília, participando dos cursos, informando tudo o que está acontecendo. Mas é importante que a Assembléia Legislativa dê condições para que esse representante tenha condições de fazer esse papel, porque não adianta investirmos, termos essa pessoa, se essa pessoa não tem o apoio da Casa.

Eu acho que aqui em Mato Grosso ficou muito explícito esse apoio que a Assembléia Legislativa vem dando ao Programa INTERLEGIS. Mas eu falo para vocês e para todas as Assembléias Legislativas que a participação do representante INTERLEGIS, hoje, é fundamental para o sucesso do Programa, porque essa é a pessoa mais próxima da comunidade local, é a pessoa que fala a mesma língua da comunidade e dos municípios. Então, ela tem que ser interlocutora do INTERLEGIS. E, para isso, ela precisa ter uma infra-estrutura local, dentro da Assembléia Legislativa, que possa estar oferecendo condições para exercer essa função.

Então, eu deixo registrada essa solicitação, essa orientação do Programa INTERLEGIS.

Eu não tenho mais nada a acrescentar, e queria, sinceramente, agradecer a todos pela participação, pelo envolvimento, pelas sugestões que recebemos durante todo o evento.

Quero deixar aqui uma mensagem que eu acho que é fundamental para nosso sucesso: o INTERLEGIS está de portas abertas para todos vocês, em Brasília. O INTERLEGIS foi concebido e hoje é uma realidade para atender as demandas das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas e da população como um todo, representado por vocês. Então, quero deixar o convite a todos para que, na oportunidade que tiverem de ir a Brasília, não deixem de conhecer a sede do INTERLEGIS, que é a extensão da casa de vocês.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA, REALIZADO NO DIA**  
**27 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Gostaria de encerrar esta cerimônia, este Seminário, agradecendo a todos pelo empenho e pela participação, ontem. Muito obrigado e uma boa-tarde (PALMAS).

Está encerrado o Encontro Estadual de Integração Legislativa.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ila de Castilho Varjão.